

# Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono

Missão e metas, fases de implementação,  
governança e outras informações

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE  
MERCADO DE CARBONO

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



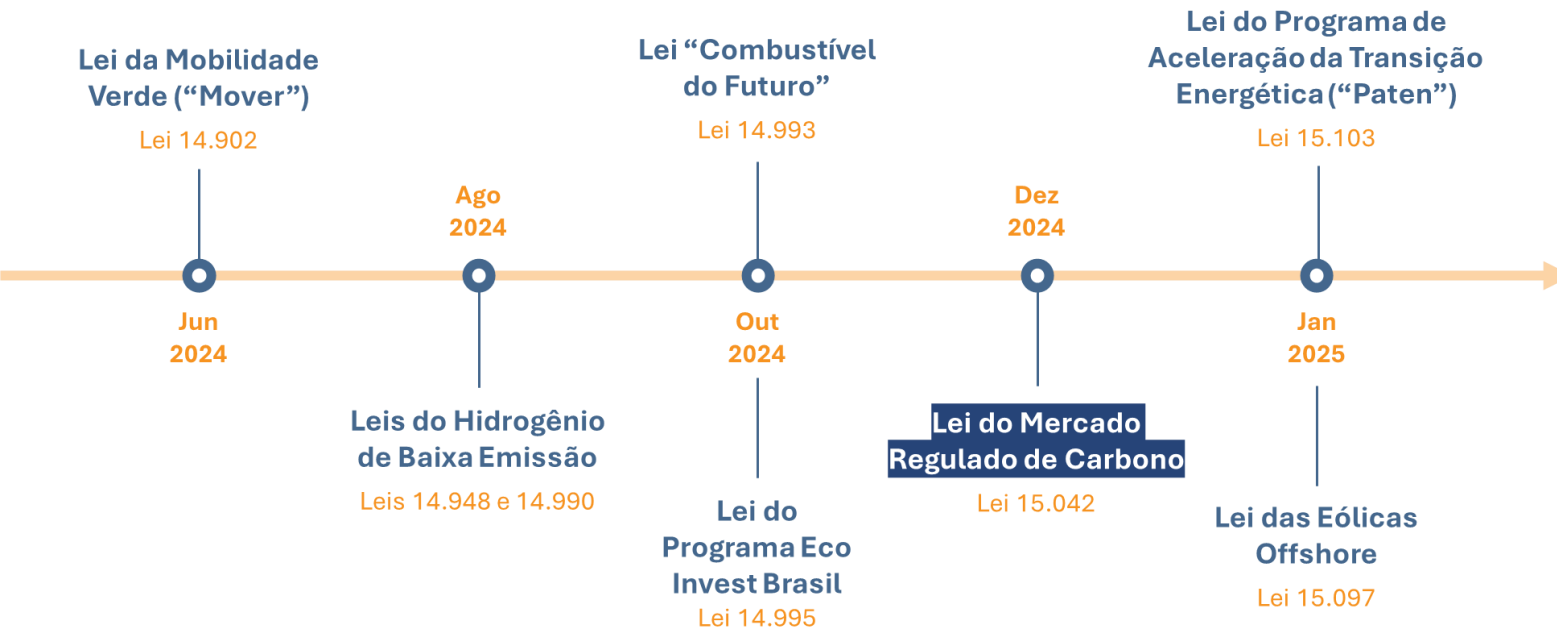
# Visão geral da Lei





# Importantes marcos legais aprovados no Brasil

2024-2025



# Lei nº 15.042/2025

## Algumas definições

### Cota Brasileira de Emissões (CBE)

Ativo fungível, transacionável, representativo do **direito de emissão de 1 tCO<sub>2</sub>e**, outorgado pelo órgão gestor do SBCE, de forma gratuita ou onerosa, para as instalações ou as fontes reguladas.

### Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVE)

Ativo fungível, transacionável, representativo da efetiva **redução de emissões ou remoção de GEE de 1 tCO<sub>2</sub>e**, seguindo metodologia credenciada e com registro efetuado no âmbito do SBCE, nos termos de ato específico do órgão gestor do SBCE.



### Crédito de carbono

Ativo transacionável, autônomo, com natureza jurídica de fruto civil no caso de créditos de carbono florestais de preservação ou de reflorestamento - exceto os oriundos de programas jurisdicionais, desde que respeitadas todas as limitações impostas a tais programas por esta Lei -, representativo de efetiva **retenção, redução de emissões ou remoção de 1 tCO<sub>2</sub>e**, obtido a partir de projetos ou programas de retenção, redução ou remoção de GEE, realizados por entidade pública ou privada, submetidos a metodologias nacionais ou internacionais que adotem critérios e regras para mensuração, relato e verificação de emissões, **externos ao SBCE**;

Art. 44. Os créditos de carbono somente serão considerados CRVEs, integrantes do SBCE, caso sejam:

- I - originados a partir de metodologias credenciadas pelo órgão gestor do SBCE;
- II - mensurados e relatados pelos responsáveis pelo desenvolvimento ou implementação do projeto ou do programa e verificados por entidade independente, nos termos da metodologia credenciada pelo SBCE;
- III - inscritos no Registro Central do SBCE.

## Mercado Regulado SBCE

Lógica de teto e comércio de emissões:  
há um limite para emissões de GEEs<sup>1</sup> e a  
participação dos agentes decorre de  
obrigação legal<sup>2</sup>.

A participação ou não no  
mercado decorre da decisão  
individual de cada agente.

## Mercado Voluntário

### Cotas Brasileiras de Emissões – CBEs

- Direitos de emitir 1 tCO<sub>2</sub>e
- Outorgadas ou leiloadas pelo Órgão Gestor para operadores regulados

### Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões – CRVES

- Certificados de ter reduzido ou removido 1 tCO<sub>2</sub>e
  - gerados conforme metodologia credenciada
  - registrados no SBCE
  - podem ser usados como compensações

### Créditos de Carbono – CCs

- Títulos representativos da redução ou remoção de 1 tCO<sub>2</sub>e
- certificados por entes privados
- não registrados no SBCE



<sup>1</sup> Limite previsto em Plano Nacional de Alocação  
<sup>2</sup> Aplicável a operadores que emitam acima de 25 mil tCO<sub>2</sub>e/ano

Legenda:



Tipos de ativos negociados nos  
mercados



Substituição de CCs por CRVES,  
mediante registro

# Fases de implementação do SBCE

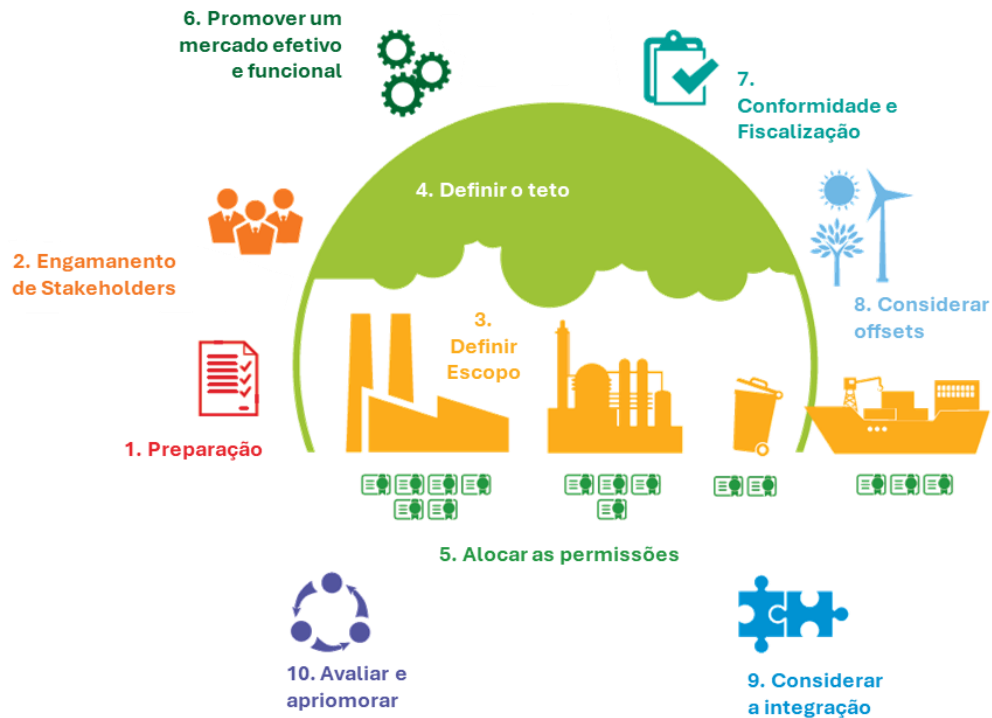
art. 50 da Lei nº15.042/2024



<b>Fase 1</b> 2025-2026	<b>Fase 2</b> 2027	<b>Fase 3</b> 2028-2029	<b>Fase 4</b> 2030-...	<b>Fase 5</b> ...
Edição da Regulamentação da Lei	Operacionalização, pelos operadores, dos instrumentos para relato de emissões	Operadores estarão sujeitos somente ao dever (i) de submissão de plano de monitoramento e (ii) de apresentação de relato de emissões e remoções de GEE	Vigência do primeiro Plano Nacional de Alocação, com distribuição não onerosa de CBEs e implementação do mercado de ativos do SBCE	Implementação plena do SBCE

# Desenho de um SCE em 10 passos

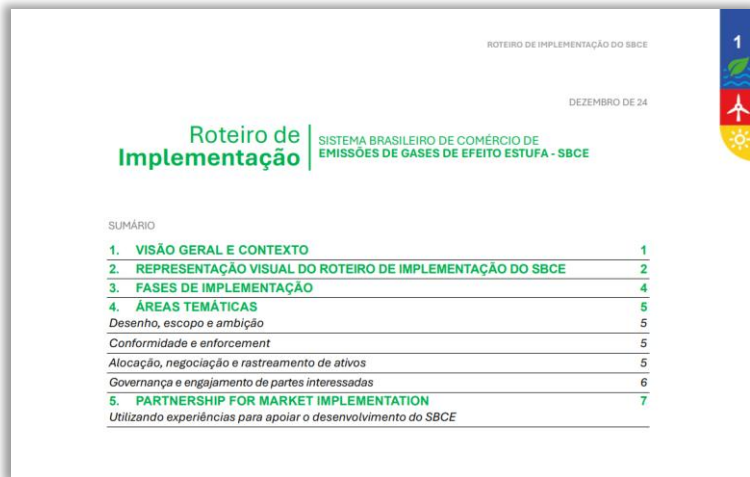
## Visão geral



Fonte: ICAP, 2021. Emissions Trading in Practice: A Handbook on Design and Implementation



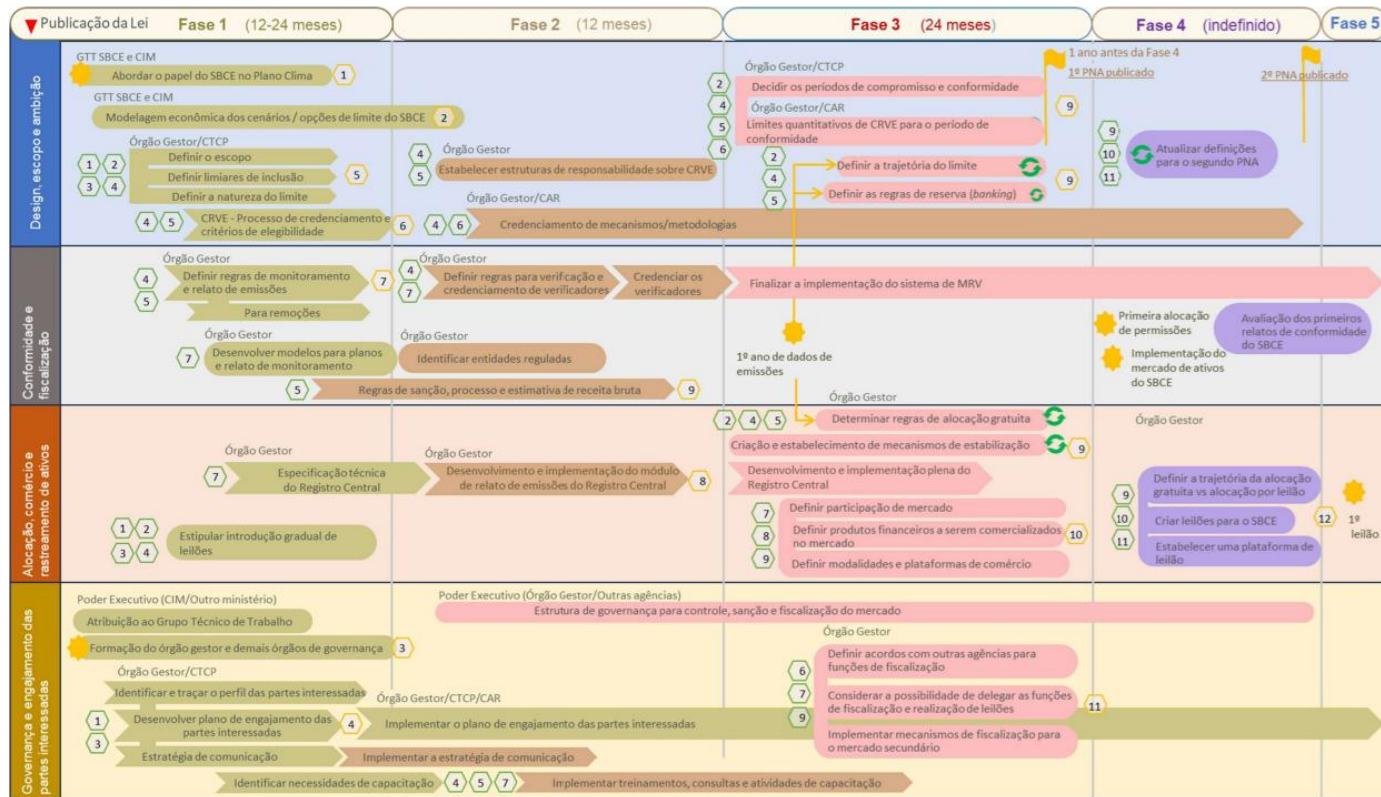
# Roteiro de implementação



<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/241209-crtlh-implementacao-sbce-v4.pdf/view>

O Roteiro fornece uma **visão geral das etapas** e definições necessárias para implementar o SBCE.

Ele ajudará o Poder Executivo a priorizar atividades durante cada estágio da implementação do sistema e a identificar **interdependências críticas** que precisarão ser consideradas durante o processo. Além disso, o documento serve como um **instrumento de transparência**, informando a sociedade civil e outras partes interessadas sobre o cronograma de implementação, de forma a possibilitar o acompanhamento e a contribuição ao processo.



Começa na Fase 1
Começa na Fase 2
Começa na Fase 3
Começa na Fase 4
★ Marco
 Resultado do processo
Entrada do processo



# Governança



# Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE)

## Governança



Comitê Interministerial  
sobre Mudança do Clima  
(CIM)

▶ **Instância deliberative do SBCE**, a nível estratégico.

Órgão Gestor do SBCE

▶ **Instância executiva do SBCE**, com funções normativas, regulatórias, executivas, sancionatórias e recursais.

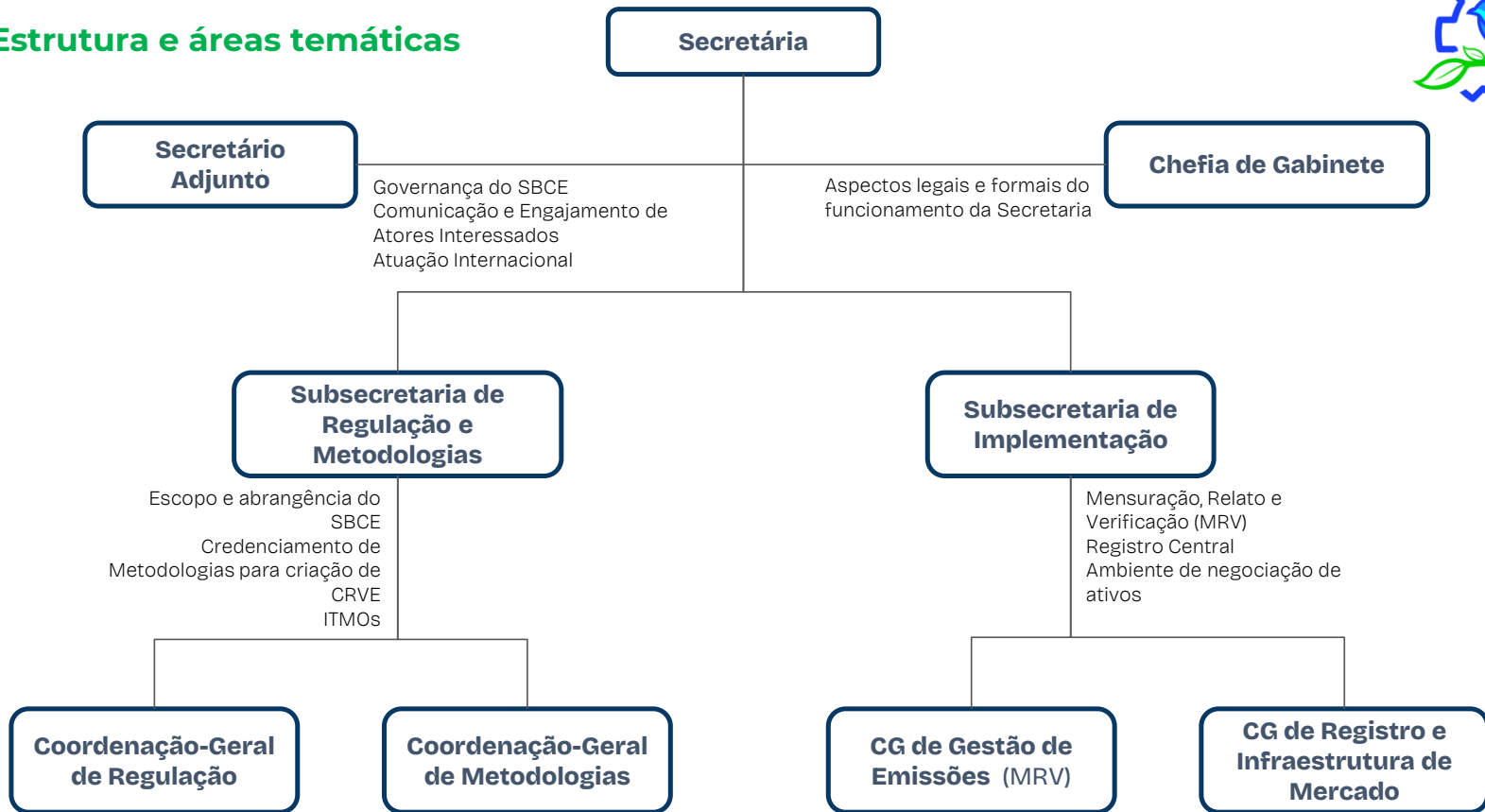
Comitê Técnico Consultivo  
Permanente (CTCP)

▶ **Instância consultive do SBCE**, responsável por fornecer subsídios e recomendações para o aprimoramento do SBCE.

Câmara de Assuntos  
Regulatórios

▶ A elaboração e publicação de regulamentos relacionados ao exercício do poder regulatório do órgão gestor serão precedidas de audiências formais com a Câmara de Assuntos Regulatórios do SBCE, vinculada ao CTCP.

## Estrutura e áreas temáticas



# Subsecretaria de Implementação (SIM)



## Lei nº 15.042/2024

### Art. 8º O órgão gestor (...) ao qual compete:

VI - definir os requisitos e os procedimentos de **mensuração, relato e verificação** das emissões das fontes e das instalações reguladas;

X - criar, manter e gerir o **Registro Central** do SBCE;

XIII - avaliar os planos de monitoramento apresentados pelos operadores;

XIV - receber e avaliar os relatos de emissões e remoções de GEE;

## Decreto nº 12.677/2025

### Art. 60-C. À Subsecretaria de Implementação compete:

I - elaborar normas de monitoramento, relato e verificação – MRV para as atividades econômicas, instalações e fontes reguladas;

II - monitorar o cumprimento dos normativos relacionados ao MRV;

III - criar, manter e gerir o Registro Central do SBCE;

IV - estabelecer regras e gerir eventuais processos para a interligação do SBCE com sistemas informacionais de certificadores, de países e de organismos internacionais; e

V - estabelecer regras e gerir eventuais processos para interligação do SBCE com os sistemas de comércio de emissões de outros países ou organismos internacionais, garantidos o funcionamento, o custo-efetividade e a integridade ambiental.” (NR)

# Subsecretaria de Implementação (SIM)



## MRV

Mensuração, Relato  
e Verificação

### CAPÍTULO III - DOS AGENTES REGULADOS E SUAS OBRIGAÇÕES

**Art. 29. Ficam os operadores das instalações e das fontes reguladas no âmbito do SBCE obrigados a:**

- I - submeter plano de monitoramento à apreciação do órgão gestor do SBCE;**
- II - enviar relato de emissões e remoções de GEE, conforme plano de monitoramento aprovado;**
- III - enviar relato de conciliação periódica de obrigações;**
- IV - atender outras obrigações previstas em decreto ou em ato específico do órgão gestor do SBCE.

# Subsecretaria de Implementação (SIM)



## MRV no Registro Central

### Seção VI - Do Registro Central do SBCE

Art. 23. O órgão gestor do SBCE manterá **plataforma digital** de Registro Central do SBCE, com vistas a:

**I - receber e consolidar informações sobre emissões e remoções de GEE;**

**II - assegurar contabilidade precisa da concessão, da aquisição, da detenção, da transferência e do cancelamento de ativos integrantes do SBCE;**

III - rastrear as transações nacionais sobre os ativos integrantes do SBCE e as transferências internacionais de resultados de mitigação.

Art. 24. O Registro Central do SBCE permitirá:

**I - o gerenciamento de dados sobre as emissões e remoções anuais de GEE de cada instalação ou fonte regulada;**

**II - o gerenciamento de dados sobre as CBEs de cada operador;**

**III - as comprovações associadas à conciliação periódica de obrigações;**

IV - a obtenção de informações sobre as transações com CRVES originadas no País necessárias para garantir a integridade dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

V - a interoperabilidade com outros registros;

VI - a divulgação de informações em formato de dados abertos, conforme estabelecido na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital);

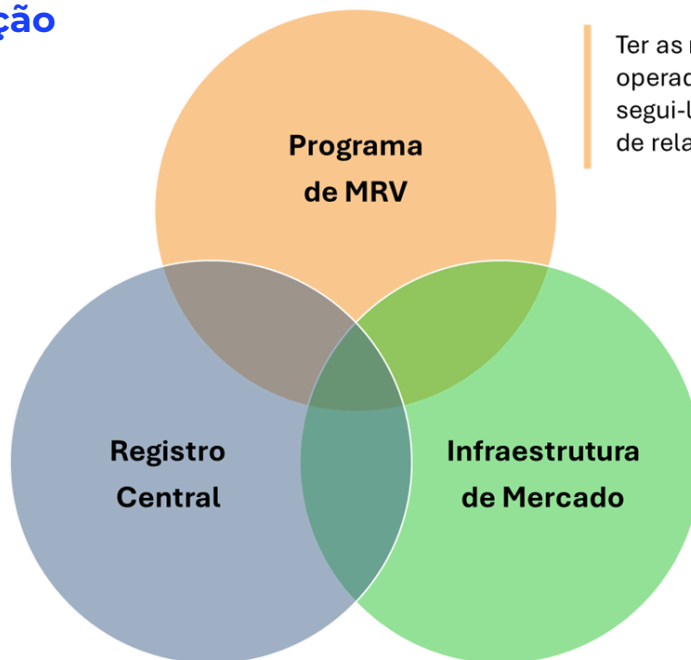


# Subsecretaria de Implementação (SIM)



## Prioridades na atuação até 2026

Pavimentar o caminho para elaborar o sistema de Registro Central



Ter as regras de MRV prontas, os operadores preparados para segui-las e o protótipo do sistema de relato sendo testado

Garantir segurança jurídica, transparência e higidez ao ambiente de negociação de ativos e às regras aplicáveis a seguradoras



# Planejamento e trabalhos em curso



# Missão e metas da SEMC/MF



## Missão:

Estruturar e fomentar mercados de carbono prósperos, avançando na transformação ecológica e garantindo benefícios ambientais, climáticos, econômicos e sociais.

## Metas até dezembro de 2026

1. Publicar as normas infralegais necessárias à regulamentação da Lei 15.042/2024;
2. Promover convergência de visões entre os principais atores interessados sobre a implementação do SBCE, por meio de comunicação, capacitação e participação;
3. Elaborar proposta de governo para a criação do Órgão Gestor Permanente do SBCE;
4. Desenvolver infraestruturas tecnológicas de Mensuração, Relato e Verificação e do Registro Central;
5. Contribuir para a dinamização do mercado voluntário de carbono, com foco no retorno social dos projetos.

# Seleção pública para o CTCP



← → ↺ 🏠 brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processos/selecao-CTCP-SBCE

gov.br

Brasil Participativo

PT-BR Entrar

O que você procura?

## Seleção Pública para integrar o Comitê Técnico Consultivo Permanente (CTCP) do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa - SBCE

Aberta

**Responsável:** Teresa Cristina de Melo Costa  
**Contato:** semc@fazenda.gov.br

INICIO 29/12/2025 → ENCERRAMENTO 30/01/2026

PUBLICAÇÃO NO DOU [Acessar](#)

publicado em: 18/12/2025

### Seleção pública para integrar o CTCP do SBCE

Comitê Técnico Consultivo Permanente do Sistema Brasileiro de

### Inscrições Abertas

Nos termos do Edital nº 2/2025 da SEMC/MF, o processo seletivo tem por finalidade selecionar entidades representativas dos seguintes setores: a) energia, b) indústria, c) mobilidade urbana, d) resíduos, e) transportes, f) agricultura, pecuária, florestas e uso da terra, e g) instituições financeiras com atuação em mercados ambientais. Poderão se candidatar entidades representativas setoriais de abrangência nacional - isto é, que atuam em no mínimo 6 (seis) unidades da federação e, cumulativamente, em pelo menos 2 (duas) regiões geográficas do Brasil - com notório conhecimento sobre a matéria objeto do SBCE.

# Desenvolvimento do Registro Central



Ministério da Fazenda

O que você procura?



MERCADO DE CARBONO

## Brasil inicia a construção do sistema que viabilizará o mercado regulado de carbono

Plataforma em desenvolvimento será a base digital do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, conectando empresas, certificadoras e sistema financeiro

Publicado em 29/01/2026 17h01

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [p](#)



SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE  
MERCADO DE CARBONO

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



## Diversas frentes de trabalho da SEMC/MF

- Estudos para criação do Órgão Gestor permanente
- Estudos para definições de escopo e outras definições gerais da regulamentação
- Estudos para credenciamento de metodologias para CRVE
- Coalizão Aberta para Mercados Regulados de Carbono
- Com Banco Mundial (PMI), contratações de apoio especializado para a regulamentação e implementação
- Participação nos trabalhos referentes às diretrizes para ITMOs
- Articulação e engajamento com Ministérios, indústria, setor financeiro e outras partes
- Trabalhos de garantia da credibilidade do mercado de carbono



# Plano Nacional de Relato de Emissões – PNR

## Definir os objetivos do programa



São objetivos comuns de programas de relato:

- Facilitar a avaliação de políticas nacionais ou subnacionais, identificar novas oportunidades de mitigação, e informar o desenvolvimento de novas políticas.
- **Apoiar políticas ou regulamentações, como o esquema de comércio de emissões ou o imposto de carbono, que exigem dados de emissões de entidades individuais para operar de forma transparente e confiável.**
- Melhorar a qualidade geral dos dados de emissões relatados pelas entidades.
- Promover a transparência nos relatos de GEE e fornecer informações relacionadas às emissões para as partes interessadas.
- Melhorar e/ou validar o Inventário Nacional de Emissões de GEE.
- Ajudar as entidades relatoras a examinarem os riscos e as oportunidades das mudanças climáticas







## Determinar a estrutura e os requisitos

A criação de um programa de relato requer o desenvolvimento de regras e requisitos para os **principais elementos de desenho do programa** garantindo confiabilidade, consistência, precisão, transparência e integridade dos dados.

- **COBERTURA DO PROGRAMA**  
Quem relata o quê?
- **QUANTIFICAÇÃO DE EMISSÕES**  
Como calcular e medir as emissões?
- **PROCEDIMENTOS E CRONOGRAMAS DO RELATO**  
O que informar e com que frequência?
- **PLATAFORMAS DE RELATO E PUBLICAÇÃO DE DADOS**  
Onde relatar e quem tem acesso as informações relatadas?
- **CONTROLE E GARANTIA DE QUALIDADE**  
Quem verifica o que, e como?
- **MEDIDAS DE CUMPRIMENTO**  
Que medidas serão tomadas em caso de não cumprimento?

## Limites



Art. 30. Estarão sujeitos à regulação do SBCE os operadores responsáveis pelas instalações e pelas fontes que emitam:

I - **acima de 10.000 tCO<sub>2</sub>e** (dez mil toneladas de dióxido de carbono equivalente) por ano, para fins do disposto nos incisos **I, II e IV** do caput do art. 29 desta Lei;

II - **acima de 25.000 tCO<sub>2</sub>e** (vinte e cinco mil toneladas de dióxido de carbono equivalente) por ano, para fins do disposto nos incisos **I, II, III e IV** do caput do art. 29 desta Lei.

§ 1º Os patamares previstos nos incisos I e II do caput deste artigo **poderão ser majorados** por ato específico do órgão gestor do SBCE, considerados:

I - o custo-efetividade da regulação;

II - o cumprimento da PNMC e dos compromissos assumidos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

III - outros critérios previstos em ato específico do órgão gestor do SBCE.

**I** - submeter plano de monitoramento à apreciação do órgão gestor do SBCE;

**II** - enviar relato de emissões e remoções de GEE, conforme plano de monitoramento aprovado;

**III** - enviar relato de conciliação periódica de obrigações;

**IV** - atender outras obrigações previstas em decreto ou em ato específico do órgão gestor do SBCE.

# Processo básico de MRV



## Seção II - Do Plano de Monitoramento e da Mensuração, Relato e Verificação de Emissões

Art. 31. Para cada período de compromisso, os operadores submeterão **plano de monitoramento** para análise e aprovação prévia pelo órgão gestor do SBCE.

Parágrafo único. O plano de monitoramento será elaborado de acordo com as regras, os modelos e os prazos definidos em regulação do órgão gestor do SBCE.

Art. 32. O operador submeterá anualmente ao órgão gestor do SBCE **relato de emissões e remoções de GEE**, conforme plano de monitoramento aprovado, observados os modelos, os prazos e os procedimentos previstos em regulação do órgão gestor do SBCE.

Parágrafo único. O relato de emissões e remoções de GEE será submetido pelo operador a processo de **avaliação de conformidade**, conduzido por organismo de inspeção acreditado conforme ato do órgão gestor do SBCE.

Art. 33. Os dados dos relatos de emissões e remoções de GEE, submetidos à validação por organismo de avaliação de conformidade e apresentados ao órgão gestor do SBCE, **serão inseridos no Registro Central do SBCE**, em conta específica de cada operador.

# Conciliação periódica das obrigações



## Seção III - Da Conciliação Periódica de Obrigações

Art. 34. Ao final de cada período de compromisso ou em periodicidade inferior definida pelo órgão gestor do SBCE, o operador deverá dispor de ativos integrantes do SBCE em quantidade equivalente às suas emissões incorridas no respectivo período, para atender aos compromissos ambientais definidos no âmbito do SBCE.

Parágrafo único. **O operador submeterá anualmente ao órgão gestor do SBCE relato de conciliação periódica de obrigações**, observados os modelos, os prazos e os procedimentos previstos em regulação do órgão gestor do SBCE.



# MRV no Registro Central



## Seção VI - Do Registro Central do SBCE

Art. 23. O órgão gestor do SBCE manterá plataforma digital de Registro Central do SBCE, com vistas a:

**I - receber e consolidar informações sobre emissões e remoções de GEE;**

II - assegurar contabilidade precisa da concessão, da aquisição, da detenção, da transferência e do cancelamento de ativos integrantes do SBCE;

III - rastrear as transações nacionais sobre os ativos integrantes do SBCE e as transferências internacionais de resultados de mitigação.

Parágrafo único. O órgão gestor do SBCE estabelecerá as regras de organização e os procedimentos necessários ao funcionamento do Registro Central do SBCE.

Art. 24. O Registro Central do SBCE permitirá:

**I - o gerenciamento de dados sobre as emissões e remoções anuais de GEE de cada instalação ou fonte regulada;**

II - o gerenciamento de dados sobre as CBEs de cada operador;

III - as comprovações associadas à conciliação periódica de obrigações;

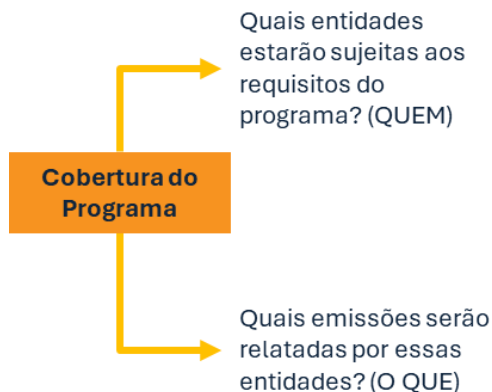
IV - a obtenção de informações sobre as transações com CRVES originadas no País necessárias para garantir a integridade dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

V - a interoperabilidade com outros registros;

VI - a divulgação de informações em formato de dados abertos, conforme estabelecido na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital);

VII - outras funcionalidades previstas em ato específico do órgão gestor do SBCE.

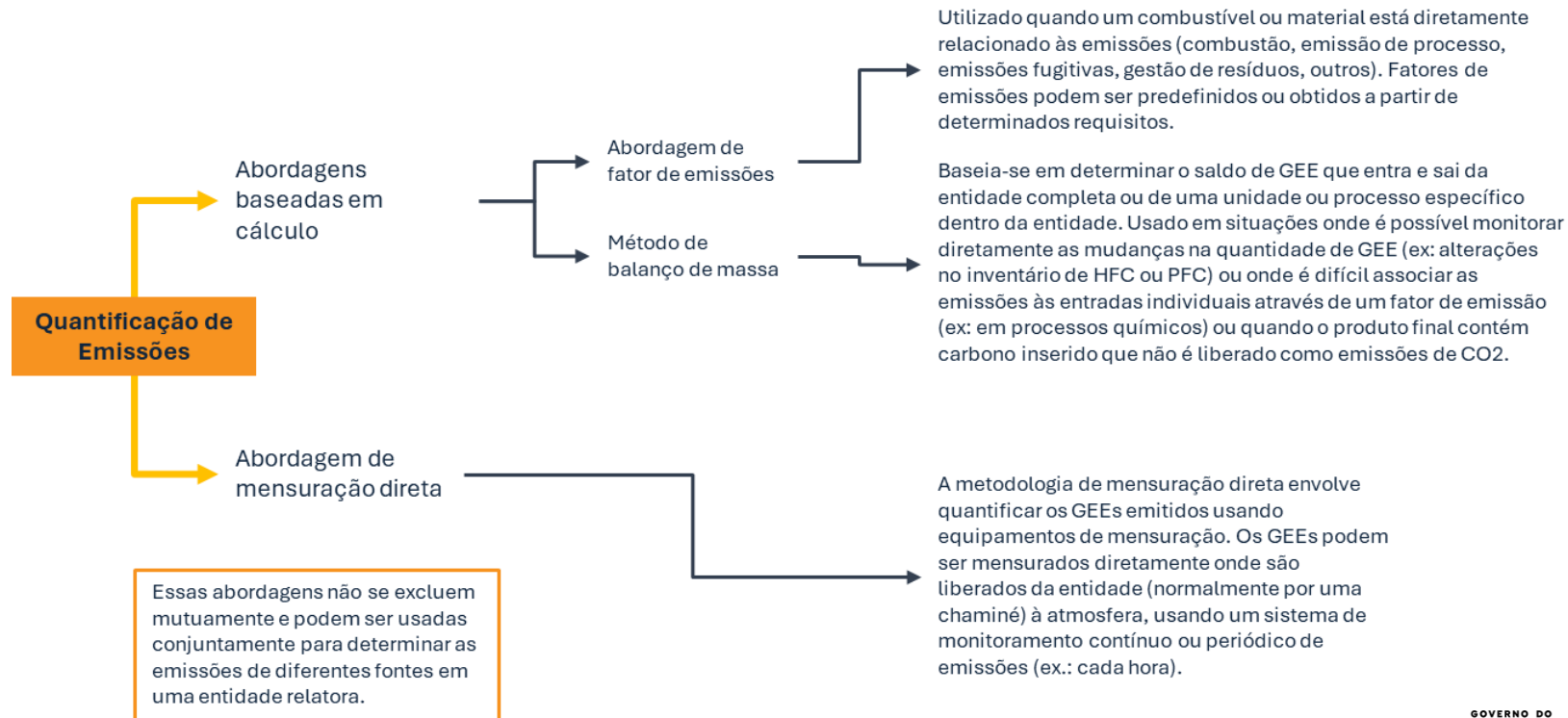
# Cobertura do programa



Estabelecimento ou Empresa	Consolidação por participação societária, controle financeiro/operacional.
Emissões Diretas e Indiretas	Escopos 1, 2 e 3. Cuidado para evitar dupla contagem ao incluir escopos 2 e 3 (indiretas). Escopo 3 obrigatório, incentivado ou não solicitado.
GEE a relatar	Dióxido de carbono (CO <sub>2</sub> ), metano (CH <sub>4</sub> ), óxido nitroso (N <sub>2</sub> O), hexafluoreto de enxofre (SF <sub>6</sub> ), hidrofluorcarbonos (HFCs) e perfluorocarbonetos (PFCs), outros.
Limite de emissões	Acima de 10.000 tCO <sub>2</sub> e (relato) e 25.000 tCO <sub>2</sub> e (obrigações), podendo ampliar o limite considerando a custo-efetividade da regulação e outros critérios.
Categorias de fonte Outros...	Todas as entidades dentro de uma determinada categoria de fonte (setor / subsetor) são obrigadas a relatar suas emissões. Exs.: alumínio, amônia, cimento, cal, ácido nítrico, petroquímicos, carboneto de silício, carbonato de sódio, dióxido de titânio, outros

Referência: Guia para Elaboração de Programas Mandatórios de Relato de Gases de Efeito Estufa (WRI, 2015)

# Quantificação de emissões



## Níveis de precisão



Os **Tiers** ou **Níveis**, em português, se referem aos diferentes níveis de precisão necessária para os dados a serem utilizados na estimativa das emissões de GEE. Também podem se referir ao nível de complexidade da metodologia adotada.

De forma geral, a elaboração de relatos de emissão pode ser feita de acordo com três níveis distintos:

### Nível 1

Nível mais básico no qual dados de referência para o país ou para o setor no contexto global são adotados. Nesse documento, se referem aos dados padrão (valores *default*) apresentados pela metodologia e disponíveis no banco de dados.

### Nível 2

Nível intermediário no qual dados específicos do setor no contexto nacional são utilizados.

### Nível 3

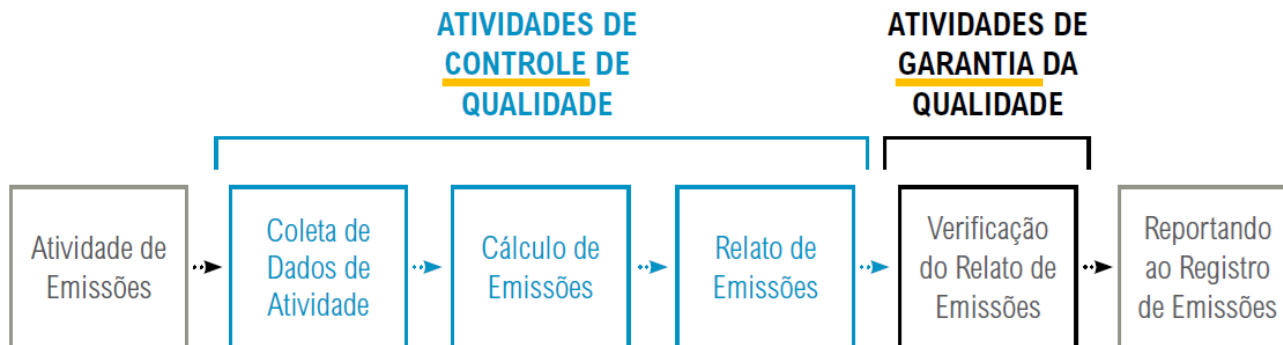
Nível mais complexo no qual dados específicos da instalação são utilizados, obtidos por meio de avaliações e medidas realizadas diretamente na instalação, seus insumos e produtos.



# Controles e garantia de qualidade



Figura 9 | Atividades de Controle de Qualidade e Garantia da Qualidade num Programa de Relato de GEE



Fonte: Adaptado de (PMR 2013e)

Referência: Guia para Elaboração de Programas Mandatórios de Relato de Gases de Efeito Estufa (WRI, 2015)

Acompanhe  
nosso trabalho:



[www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/mercado-de-carbono/mercado-de-carbono](http://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/mercado-de-carbono/mercado-de-carbono)